

## **GABARITO OFICIAL** **EAP/2010 - 1º TENENTE QOS**

1ª QUESTÃO	A	B	C	D
2ª QUESTÃO	A	B	C	D
3ª QUESTÃO	A	B	C	D
4ª QUESTÃO	A	B	C	D
5ª QUESTÃO	A	B	C	D
6ª QUESTÃO	A	B	C	D
7ª QUESTÃO	A	B	C	D
8ª QUESTÃO	A	B	C	D
9ª QUESTÃO	A	B	C	D
10ª QUESTÃO	A	B	C	D
11ª QUESTÃO	A	B	C	D
12ª QUESTÃO	A	B	C	D
13ª QUESTÃO	A	B	C	D
14ª QUESTÃO	A	B	C	D
15ª QUESTÃO	A	B	C	D
16ª QUESTÃO	A	B	C	D
17ª QUESTÃO	A	B	C	D
18ª QUESTÃO	A	B	C	D
19ª QUESTÃO	A	B	C	D
20ª QUESTÃO	A	B	C	D

21ª QUESTÃO	A	B	C	D
22ª QUESTÃO	A	B	C	D
23ª QUESTÃO	A	B	C	D
24ª QUESTÃO	A	B	C	D
25ª QUESTÃO	A	B	C	D
26ª QUESTÃO	A	B	C	D
27ª QUESTÃO	A	B	C	D
28ª QUESTÃO	A	B	C	D
29ª QUESTÃO	A	B	C	D
30ª QUESTÃO	A	B	C	D
31ª QUESTÃO	A	B	C	D
32ª QUESTÃO	A	B	C	D
33ª QUESTÃO	A	B	C	D
34ª QUESTÃO	A	B	C	D
35ª QUESTÃO	A	B	C	D
36ª QUESTÃO	A	B	C	D
37ª QUESTÃO	A	B	C	D
38ª QUESTÃO	A	B	C	D
39ª QUESTÃO	A	B	C	D
40ª QUESTÃO	A	B	C	D

Belo Horizonte, 12 de abril de 2010.

(a) **JAQUELINE P. BRETAS VELOSO, TEN CEL PM**  
**CHEFE DO CRS**



**PROVA DO EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL – EAP PARA  
OS 1º TENENTES DO QOS, PARA O ANO DE 2010**

**EAP/ 2010 – 1º TENENTE QOS**

(Edital DRH/CRS nº 19/2009, de 30 de novembro de 2009)

NOME: \_\_\_\_\_

LOCAL DE PROVA: \_\_\_\_\_ SALA: \_\_\_\_\_

**INSTRUÇÕES AOS CANDIDATOS:**

1. Abra este caderno de prova somente quando autorizado.
2. Esta prova contém 40 (quarenta) questões valendo 2,5 (dois vírgula cinco) pontos cada e valor total de 100 (cem) pontos.
3. O tempo máximo permitido para a realização da prova objetiva será de 180 (cento e oitenta) minutos, incluindo o preenchimento da folha de respostas.
4. Responda as questões e marque a opção desejada na folha de respostas, usando caneta (tinta azul ou preta).
5. Para cada questão existe somente uma resposta correta.
6. Prova sem consulta.
7. Não será admitido nenhum tipo de rasura na folha de respostas. As questões rasuradas ou em branco ou com dupla marcação serão consideradas nulas para o candidato.
8. É proibido o uso de máquinas calculadoras, telefones celulares ou outros similares.
9. Iniciadas as provas, os candidatos somente poderão deixar a sala, e a esta retornar, exclusivamente para uso de sanitários ou bebedouros, devidamente acompanhados por fiscal do concurso.
10. Verifique se a prova é a correspondente ao seu quadro.
11. Ao final da prova, entregue ao aplicador a folha de respostas, devidamente preenchida, assinada e conferida.

**1ª QUESTÃO** – Nos termos da Lei n. 14.310, de 19Jun02, que dispõe sobre o Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado de Minas Gerais (CEDM), marque a alternativa INCORRETA:

- A. ( ) A cada atenuante será atribuído um ponto positivo e a cada agravante, um ponto negativo.
- B. ( ) O militar punido disciplinarmente pode, também, em decorrência da sanção disciplinar, ser movimentado de sua Unidade ou fração.
- C. ( ) Quando se tratar de falta ou abandono ao serviço ou expediente, o militar perderá os vencimentos correspondentes aos dias em que se verificar a transgressão, independentemente da sanção disciplinar.
- D. ( ) Cometer a transgressão disciplinar sob coação irresistível é uma circunstância atenuante.

**2ª QUESTÃO** – Nos termos da Lei n. 14.310, de 19Jun02, que dispõe sobre o Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado de Minas Gerais (CEDM), marque a alternativa CORRETA:

O militar que presenciar ou tomar conhecimento de ato ou fato contrário à moralidade ou à legalidade praticado por outro militar mais antigo ou de maior grau hierárquico:

- A. ( ) Deverá confeccionar a comunicação disciplinar do transgressor e encaminhá-la diretamente à autoridade à qual estiver subordinado.
- B. ( ) Poderá prender o transgressor e encaminhá-lo à sua Unidade de origem.
- C. ( ) Deverá orientar e advertir o transgressor .
- D. ( ) Poderá encaminhar relatório reservado e fundamentado à autoridade imediatamente superior ou órgão corregedor da IME.

**3ª QUESTÃO** – Marque a alternativa CORRETA:

A ação disciplinar prescreve em:

- A. ( ) Dois anos, se transgressão grave, contados da data em foi praticada a transgressão.
- B. ( ) Um ano, se transgressão leve, contados da data em que a Administração tomou conhecimento.
- C. ( ) Cento e vinte dias, se transgressão média, contados da data em que foi praticada a transgressão.
- D. ( ) Cem dias, se transgressão leve, contados da data em que a Administração tomou conhecimento.

**4ª QUESTÃO** – Marque a alternativa CORRETA:

O que acarretará ao militar que, decorridos cinco anos de efetivo serviço, a contar da data da publicação da última transgressão, não tiver sofrido nenhuma outra punição?

- A. ( ) Terá suas penas disciplinares anuladas automaticamente.
- B. ( ) Terá suas penas disciplinares canceladas, mediante requerimento ao respectivo Diretor/Comandante/Chefe.
- C. ( ) Terá suas penas disciplinares canceladas automaticamente.
- D. ( ) Terá suas penas disciplinares suspensas, mediante requerimento ao respectivo Diretor/Comandante/Chefe.

**5ª QUESTÃO** – Sobre as recompensas, previstas no CEDM, é CORRETO afirmar que:

- A. ( ) A Medalha Alferes Tiradentes, comenda concedida pela instituição, equivale a 5 (cinco) pontos.
- B. ( ) As recompensas são pontuadas positivamente, conforme a natureza e as circunstâncias que a originaram e têm validade por doze meses a partir da data da concessão.
- C. ( ) A concessão de recompensa deverá ser fundamentada, motivo pelo qual será dispensável a audição do CEDMU.
- D. ( ) A recompensa dada por uma autoridade não pode ser restringida por autoridade superior, ainda que motivada.

**6ª QUESTÃO** – Sobre o recurso disciplinar, previsto no CEDM, é INCORRETO afirmar que:

- A. ( ) Interpor, na esfera administrativa, recurso disciplinar é direito do militar que se sentir prejudicado, ofendido ou injustiçado por qualquer ato ou decisão administrativa.
- B. ( ) Caso a autoridade que aplicou a sanção não reconsidere a sua decisão, deverá mandar arquivar o recurso na pasta funcional do recorrente.
- C. ( ) Da decisão que avaliar o recurso caberá novo recurso no prazo de cinco dias úteis.
- D. ( ) O prazo para interposição de recurso será de cinco dias úteis contados da data em que o militar for formalmente notificado da sanção disciplinar que lhe foi aplicada.

**7ª QUESTÃO** – Sobre a Queixa Disciplinar, prevista no CEDM, é INCORRETO afirmar que:

- A. ( ) Queixa é a comunicação interposta pelo militar diretamente atingido por ato pessoal que repute irregular ou injusto.
- B. ( ) A apresentação da queixa será feita no prazo máximo de cinco dias úteis, a contar da data do fato.
- C. ( ) O querelante deverá ser, imediatamente afastado da subordinação direta da autoridade contra quem formulou a queixa, até que seja decidida.
- D. ( ) A autoridade a quem o querelante estiver diretamente subordinado terá prazo de três dias úteis para encaminhar a queixa.

**8ª QUESTÃO** – Sobre a ANULAÇÃO de punição, prevista na CEDM, é CORRETO afirmar que:

- A. ( ) Consiste em tornar parcialmente sem efeito o ato punitivo.
- B. ( ) Havendo comprovação de ilegalidade ou injustiça desnecessária será a análise e o parecer do CEDMU.
- C. ( ) O prazo máximo para anulação de punição será de três anos, contados da aplicação da sanção.
- D. ( ) Eliminará todas as anotações nos assentamentos funcionais relativos à sua aplicação.

**9ª QUESTÃO** – Sobre a definição das sanções disciplinares, previstas no CEDM, marque a opção INCORRETA:

- A. ( ) A repreensão consiste em uma admoestação verbal ao transgressor.
- B. ( ) A prestação de serviço consiste na atribuição ao militar de tarefa, preferencialmente de natureza operacional, fora de sua jornada habitual,

correspondente a um turno de serviço semanal, que não exceda a oito horas, sem remuneração extra.

- C. ( ) A demissão consiste no desligamento de militar da ativa dos quadros da IME.  
 D. ( ) A suspensão consiste em uma interrupção temporária do exercício do cargo, encargo ou função.

**10ª QUESTÃO** – De acordo com o Memorando Circular n. 11.271.2/04 – EMPM, que trata da acumulação ilícita de cargos públicos, é CORRETO afirmar que:

- A. ( ) Será considerado lícito o acúmulo de cargos públicos para militares que, ao ingressarem na PMMG, declararem exercer outro cargo público.  
 B. ( ) A exceção feita pelo art. 37, inciso XVI, alínea “c” da CF à regra geral de restrição à acumulação de cargos não se aplica aos militares.  
 C. ( ) A acumulação ilícita de cargos públicos, para militares estaduais, acarreta transferência para a reserva remunerada proporcional, por força do ordenamento estatutário em vigor.  
 D. ( ) A eventual existência de acumulação lícita de cargos públicos, para oficiais do QOS, só é possível para aqueles que tenham comprovado, à época da promulgação da CF, estarem exercendo cargo público na Administração pública direta ou indireta.

**11ª QUESTÃO** – Nos termos da Resolução Conjunta n. 3692, de 19nov02, que dispõe sobre Inspeções e Perícias de Saúde na PMMG e no CBMG, em se tratando de perícia psicopatológica, é CORRETO afirmar que:

- A. ( ) A realização de perícia psicopatológica é de competência exclusiva da JCS.  
 B. ( ) A existência de fato gerador relevante para a realização da perícia psicopatológica inviabilizará a requisição fundamentada da autoridade competente.  
 C. ( ) No caso de realização de nova perícia psicopatológica em prazo inferior a dois anos, caberá ao perito avaliar a necessidade de repetição de exames específicos.  
 D. ( ) Constatada a necessidade de submissão à perícia psicopatológica, o militar será encaminhado diretamente à JCS.

**12ª QUESTÃO** – Dentre as competências da Seção de Assistência à Saúde é INCORRETO afirmar que cabe à SAS:

- A. ( ) Prestar assistência à saúde a servidor civil segurado do IPSM.  
 B. ( ) Controlar casos de moléstias infecto-contagiosas na tropa, com atenção especial aos casos de epidemias.  
 C. ( ) Emitir parecer referente a atestados médicos, odontológicos, psicológicos e outros.  
 D. ( ) Realizar inspeção e perícia de saúde em militar desertor.

**13ª QUESTÃO** – Estabelece a Resolução Conjunta n. 3692, de 19Nov02, que dispõe sobre Inspeções e Perícias de Saúde na PMMG e no CBMG, que o militar afastado do serviço por motivo de licença-saúde por período superior a trinta dias ou por dispensa-saúde temporária por período superior a sessenta dias, concedidas através da JCS ou pela SAS, deverá ser acompanhado periodicamente pelo médico da SAS, com registro dos dados em seu “Prontuário Médico de Inspeccionado em SAS”.

Sobre a periodicidade da avaliação, marque a alternativa CORRETA.

- A. ( ) Será de 30 em 30 dias, nos casos de licença-saúde.
- B. ( ) Será de 15 em 15 dias, nos casos de dispensa-saúde temporária.
- C. ( ) Será de 30 em 30 dias, nos casos de dispensa-saúde temporária.
- D. ( ) Será de 10 em 10 dias, nos casos de licença-saúde.

**14ª QUESTÃO** – Em relação à licença-saúde/dispensa-saúde, marque a alternativa INCORRETA:

- A. ( ) O período máximo de licença-saúde, concedido pelo médico da SAS, incluindo as homologações feitas pela própria seção, as prorrogações e os períodos de internação hospitalar, será de noventa dias, consecutivos ou não, nos últimos doze meses, salvo a licença à gestante.
- B. ( ) O período máximo de dispensa-saúde, concedido pelo médico da SAS, incluindo as homologações feitas pela própria seção e as prorrogações, será de trezentos e sessenta dias, consecutivos ou não, nos últimos vinte e quatro meses.
- C. ( ) É de competência exclusiva da JCS a concessão de dispensa-saúde por período superior a trezentos e sessenta dias.
- D. ( ) O inspecionado que for dispensado de suas atividades rotineiras ficará desobrigado de executar atividades compatíveis com sua capacidade laborativa, determinada em inspeção de saúde.

**15ª QUESTÃO** – Sobre o processo homologatório, marque a alternativa INCORRETA:

- A. ( ) Os laudos, atas e pareceres decorrentes de inspeção de saúde, só se efetivam e se completam, passando a produzir os efeitos legais pertinentes, depois de regularmente publicados em Boletim Interno.
- B. ( ) A licença-saúde e a dispensa-saúde concedida a servidor civil, segurado do IPISM, deverá ser homologada na Superintendência Central de Saúde do Servidor, da Secretaria de Estado de Recursos Humanos e Administração.
- C. ( ) Em caso de não homologação total ou parcial pelo Presidente da JCS, o militar deverá repor os dias não trabalhados.
- D. ( ) Na vigência de atestado de outro profissional, constatada capacidade laborativa, o médico da SAS poderá modificar o período de afastamento e/ou substituir por dispensa-saúde.

**16ª QUESTÃO** – Dentre as assertivas abaixo, marque a opção INCORRETA:

- A. ( ) Em toda licença-saúde deverá ser indicado expressamente o local onde o paciente deverá permanecer.
- B. ( ) A licença à gestante poderá ser concedida a partir dos últimos trinta dias de gestação e estender-se-á pelo período pós-parto, até completar cento e vinte dias.
- C. ( ) A inspeção de saúde destinada a avaliar a sanidade física e mental de militar da reserva remunerada, em processo de designação para o serviço ativo, será realizada pelo médico da SAS da Unidade na qual o militar servirá.
- D. ( ) Os atestados emitidos por oficiais do QOS não estão sujeitos à homologação pelo médico da SAS.

**17ª QUESTÃO** – Em caso de alta hospitalar o médico da SAS deverá, dentre outras atribuições, remeter a documentação original à JCS e manter cópia no arquivo da SAS. Neste caso, marque a opção CORRETA em relação ao prazo que a SAS terá para adotar a medida.

- A. ( ) Dez dias.
- B. ( ) Quinze dias.
- C. ( ) Trinta dias.
- D. ( ) Cinco dias úteis.

**18ª QUESTÃO** – Sobre a Junta de Seleção é INCORRETO afirmar que:

- A. ( ) Funcionará com o respectivo apoio administrativo, junto às Unidades do Sistema de Educação.
- B. ( ) Havendo necessidade, será complementada por profissionais credenciados do Sistema de Saúde (PMMG-CBMG-IPSM), designados para este fim.
- C. ( ) Será designada, mediante publicação, pelo Comandante-Geral.
- D. ( ) Será composta por oficiais médicos, odontólogos e psicólogos.

**19ª QUESTÃO** – Das condutas descritas abaixo, qual NÃO constitui crime de motim, capitulado no Código Penal Militar?

- A. ( ) Recusar obedecer a ordem do superior sobre matéria de serviço.
- B. ( ) Reunirem-se militares agindo contra ordem recebida de superior.
- C. ( ) Reunirem-se militares ou assemelhados negando-se a cumprir ordem de superior.
- D. ( ) Reunirem-se militares recusando obediência a superior, quando estejam agindo sem ordem.

**20ª QUESTÃO** – O artigo 303 do Código Penal Militar encontra-se assim escrito:

“Apropriar-se de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse ou detenção, em razão de cargo ou comissão, ou desviá-lo em proveito próprio ou alheio.”

Sobre o dispositivo acima, marque a alternativa CORRETA:

- A. ( ) Está descrito o tipo penal de Furto.
- B. ( ) Está descrito o tipo penal chamado Peculato.
- C. ( ) Está descrito o tipo penal de Roubo.
- D. ( ) Está descrito o tipo penal de Apropriação Indébita.

**21ª QUESTÃO** – Em qual das condutas abaixo se insere no tipo penal de Corrupção Passiva?

- A. ( ) Dar dinheiro ou vantagem indevida para a prática de ato funcional.
- B. ( ) Oferecer vantagem indevida para a omissão de ato funcional.
- C. ( ) Prometer dinheiro para o retardamento de ato funcional.
- D. ( ) Receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função, mas em razão dela, vantagem indevida.

**22ª QUESTÃO** – De acordo com seus conhecimentos da Lei nº 5.301/69 (EMEMG), marque “V” para as afirmativas verdadeiras e “F” para as falsas e, a seguir, assinale a alternativa que corresponde à sequência CORRETA.

- ( ) A Lei nº 5.301/69 considera militares estaduais apenas os integrantes da PMMG.
- ( ) Militar da reserva é o que, tendo prestado serviço na ativa, é desobrigado definitivamente do serviço.
- ( ) A carreira na Polícia Militar é privativa de brasileiros natos, para Oficiais, observadas as condições de cidadania, idade, capacidade física, moral e intelectual, previstas em leis e regulamentos.
- ( ) O militar será considerado estável após três anos de efetivo serviço no cargo, mediante avaliação de desempenho individual.
- ( ) Posto e graduação definem a ordem e a subordinação na hierarquia na Polícia Militar.

- A. ( ) F-V-F-F-V
- B. ( ) V-F-F-V-V
- C. ( ) F-F-V-V-F
- D. ( ) F-V-F-V-F

**23ª QUESTÃO** – Assinale a afirmativa CORRETA.

A precedência hierárquica é regulada:

- A. ( ) Pelo Posto ou graduação.
- B. ( ) Pela data da promoção ou nomeação.
- C. ( ) Pela data de Praça.
- D. ( ) Pela data de nascimento.

**24ª QUESTÃO** – De acordo com o Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais, é CORRETO afirmar que:

- A. ( ) O militar da ativa que aceitar cargo público permanente, estranho à sua carreira, ficará agregado ao respectivo quadro e, enquanto permanecer nessa situação, somente poderá ser promovido na reserva.
- B. ( ) O militar da ativa que aceitar cargo público civil temporário, não eletivo, ficará agregado ao respectivo quadro e, enquanto permanecer nessa situação, somente poderá ser promovido por antiguidade.
- C. ( ) O militar da ativa que perceber remuneração do cargo público civil temporário, tem direito somente à remuneração básica do seu posto ou graduação.
- D. ( ) A utilização de componentes da Polícia Militar em órgãos civis, públicos ou privados é permitida desde que aprovada pelo Comandante-Geral.

**25ª QUESTÃO** – Com relação ao uso dos uniformes e insígnias adotados na Polícia Militar, é CORRETO afirmar que:

- A. ( ) O uso do uniforme fora do país é terminantemente proibido por força do Regulamento.
- B. ( ) É permitido sobrepor ao uniforme, insígnias e distintivos de qualquer natureza.
- C. ( ) O militar tem as prerrogativas e as obrigações correspondentes ao seu posto ou graduação exclusivamente quando estiver fardado.
- D. ( ) É proibido o uso individual ou por parte de organizações civis, públicas ou privadas, de uniformes que tenham semelhança com os adotados na Polícia Militar.

**26ª QUESTÃO** – O capítulo V do título VII dos Crimes Contra a Administração Militar, traz a descrição dos Crimes da Falsidade, que tratam da falsificação de documento e falsidade ideológica. Qual das condutas abaixo NÃO constitui crime de Falsidade Ideológica?

- A. ( ) Falsificar, no todo ou em parte, documento público ou particular, ou alterar documento verdadeiro, desde que o fato atente contra a Administração ou Serviço Militar.
- B. ( ) Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, com o fim de criar obrigação ou prejudicar direito, desde que o fato atente contra a Administração militar.
- C. ( ) Inserir, em documento público ou particular, declaração falsa, com o fim de prejudicar direito ou criar obrigação, desde que o fato atente contra a Administração Militar.
- D. ( ) Fazer inserir, em documento público ou particular, declaração diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, desde que o fato atente contra o serviço militar.

**27ª QUESTÃO** – De acordo com a Lei nº 5.301/69 (EMEMG), no que tange às dispensas de serviço, é CORRETO afirmar que:

- A. ( ) A dispensa do serviço concedida aos militares por motivo de núpcias, poderá ultrapassar o prazo de 08 (oito) dias, desde que devidamente autorizada pelo Comandante-Geral.
- B. ( ) A dispensa do serviço concedida aos militares por motivo de núpcias poderá ultrapassar o prazo de 05 (cinco) dias, desde que devidamente autorizada pelo Comandante direto.
- C. ( ) A dispensa do serviço concedida aos militares por motivo de núpcias não poderá ultrapassar o prazo de 04 (quatro) dias.
- D. ( ) A dispensa do serviço concedida aos militares por motivo de núpcias não ultrapassará o prazo de 08 dias.

**28ª QUESTÃO** – Assinale a afirmativa CORRETA.

De acordo com o Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais, o Comandante Geral poderá conceder licença por motivo de doença em pessoa da família por:

- A. ( ) Até 03 (três) meses.
- B. ( ) Até 12 (doze) meses.
- C. ( ) Até 06 (seis) meses.
- D. ( ) Não há previsão no Estatuto dos Militares para licença por motivo de doença em pessoa da família. A previsão é somente para tratamento da própria saúde.

**29ª QUESTÃO** – Assinale a afirmativa CORRETA.

Nos termos da Lei nº 5.301/69 (EMEMG), os Oficiais e Aspirantes-a-Oficial que tenham de afastar-se, em caráter definitivo, da guarnição em que servem, por motivo de transferência de Unidade, classificação, adição ou comissão de caráter permanente, terão direito ao seguinte período de trânsito e instalação:

- A. ( ) 15 (quinze) dias.
- B. ( ) 30 (trinta) dias.
- C. ( ) 20 (vinte) dias.
- D. ( ) 10 (dez) dias.

**30ª QUESTÃO** – Assinale a afirmativa CORRETA.

O interstício mínimo, contado dia a dia, em que o Oficial deverá permanecer no posto de 1º Tenente para que possa ser cogitado para promoção pelos critérios de merecimento ou antiguidade é de:

- A. ( ) 01 (um) ano.
- B. ( ) 05 (cinco) anos.
- C. ( ) 04 (quatro) anos.
- D. ( ) 03 (três) anos.

**31ª QUESTÃO – Assinale a afirmativa CORRETA.**

Considera-se impedido para promoção por antiguidade o Oficial que:

- A. ( ) Estiver no exercício de cargo público civil temporário.
- B. ( ) Estiver submetido a Processo Administrativo Demissionário.
- C. ( ) Estiver cedido a entidade associativa de militares.
- D. ( ) Estiver indiciado em Sindicância Regular Reservada.

**32ª QUESTÃO – Assinale a afirmativa CORRETA.**

A promoção pelo critério de merecimento, para os oficiais do QOS PM será realizada, para o posto de capitão, no décimo ano após o ano base, na seguinte proporção da turma:

- A. ( ) 1/4 (um quarto) da turma.
- B. ( ) 1/3 (um terço) da turma.
- C. ( ) 1/2 (metade) da turma.
- D. ( ) 1/5 (um quinto) da turma.

**33ª QUESTÃO – Assinale a afirmativa CORRETA.**

De acordo com a Resolução que trata do Atestado de Origem, quando o acidentado for Coronel ou Tenente-Coronel, o AO será realizado por Coronel PM do serviço ativo, a ser designado pelo:

- A. ( ) Chefe do EMPM.
- B. ( ) Coronel mais antigo que o acidentado.
- C. ( ) Coronel Comandante Regional.
- D. ( ) Comandante-Geral.

**34ª QUESTÃO – Assinale a afirmativa CORRETA.**

O prazo total para conclusão do Atestado de Origem por seu encarregado, somando-se ao prazo de prorrogação e, desconsiderando qualquer sobrestamento, será de:

- A. ( ) 20(vinte) dias.
- B. ( ) 25 (vinte e cinco) dias.
- C. ( ) 30 (trinta) dias.
- D. ( ) 45 (quarenta e cinco) dias.

**35ª QUESTÃO – Assinale a afirmativa CORRETA.**

O prazo para a autoridade competente instaurar o Atestado de Origem, designando o encarregado, após receber a comunicação de acidente é de:

- A. ( ) 10 (dez) dias corridos.
- B. ( ) 10 (dez) dias úteis.
- C. ( ) 15 (quinze) dias úteis.
- D. ( ) 15 dias corridos.

**36ª QUESTÃO** – Assinale a afirmativa CORRETA.

Atestado de Origem (AO) é o processo administrativo destinado a apurar as causas e circunstâncias de morte, lesão, perturbação funcional, contaminação ou enfermidade em militar, proveniente de acidente de serviço ou de moléstia profissional, determinando a relação causa-efeito, com o objetivo de salvaguardar os direitos do acidentado e resguardar os interesses do Estado.

O vínculo da relação causa-efeito, determinar-se-á:

- A. ( ) De forma médico-pericial.
- B. ( ) De forma técnico-administrativa.
- C. ( ) De forma médico-pericial e, caso necessário, técnico-administrativa.
- D. ( ) De forma médico-pericial e técnico-administrativa.

**37ª QUESTÃO** – De acordo com a Resolução nº 3. 524/2000, que trata do Atestado de origem, é CORRETO afirmar que:

- A. ( ) O acidentado, na Comunicação de Acidente, poderá indicar testemunhas e/ou apontar provas que julgar necessárias à elucidação do acidente de que foi vítima ou da moléstia profissional manifestada.
- B. ( ) Estando o militar impossibilitado de se submeter à inspeção de saúde junto à SAS, esta inspeção se dará na residência do acidentado, lavrando-se termo circunstanciado da inspeção para encaminhamento ao encarregado do AO.
- C. ( ) Em caso de acidente automobilístico durante o deslocamento do militar para o serviço, este deverá ser avaliado pela Junta Central de Saúde.
- D. ( ) O Chefe Direto fará apresentar o acidentado ao Oficial médico da SAS, de imediato ou em 10 dias úteis.

**38ª QUESTÃO** – De acordo com a Resolução nº 2112/89, que trata da concessão de férias na PMMG, é CORRETO afirmar que:

- A. ( ) A autoridade competente para conceder férias aos militares do Gabinete Militar do Governador é o Ajudante-Geral.
- B. ( ) A autoridade competente para conceder férias ao Diretor de Recursos Humanos da PMMG é o Comandante-Geral da PM.
- C. ( ) O Comandante da 13ª RPM é competente para conceder férias aos Capitães de todos os batalhões sob seu comando.
- D. ( ) O Comandante de Unidade não é autoridade competente para conceder férias aos funcionários civis que servem sob seu comando.

**39ª QUESTÃO** – Assinale a afirmativa CORRETA.

De acordo com a Resolução nº 2112/89, que trata da concessão de férias na PMMG, o gozo de férias anuais será necessariamente interrompido no caso de:

- A. ( ) Transferência.
- B. ( ) Nomeação.
- C. ( ) Licença médica.
- D. ( ) Classificação.

**40ª QUESTÃO –** Assinale a afirmativa CORRETA.

De acordo com a Lei nº. 5.301/69 (EMEMG), na contagem do tempo de serviço para o efeito de inatividade, computar-se-á o de licença para tratamento de saúde ou baixa hospitalar que não exceda o tempo de:

- A. ( ) 60 (sessenta) dias, no decurso de 12 (doze) meses.
- B. ( ) 60 (sessenta) dias, no decurso de 24 (vinte e quatro) meses.
- C. ( ) 90 (noventa) dias, no decurso de 24(vinte e quatro) meses.
- D. ( ) 90 (noventa) dias, no decurso de 12 (doze) meses.

----- corte aqui-----

**RASCUNHO – GABARITO**

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40